

# Das Raízes ao Turismo: um breve estudo sobre a trajetória histórica de Conceição do Ibitipoca, Minas Gerais

Lilian Souza\*

---

## Resumo:

O turismo é uma prática social capitalista capaz de provocar profundas transformações no espaço, produzindo novas configurações que nele se materializam de formas contraditórias. Por isso, conhecer a participação da atividade turística no processo de mercantilização do espaço requer o desvelamento de sua natureza, sua complexidade e seus conflitos. Foi para entender os desdobramentos engendrados por essa atividade em pequenas comunidades que se traçou a trajetória histórica do arraial de Nossa Senhora de Conceição do Ibitipoca, tendo em vista as particularidades que permeiam o processo de produção do espaço, a partir de sua apropriação pelo turismo e, para tanto, utilizou-se pesquisa bibliográfica. Os resultados revelam que a chegada da atividade turística naquele local resultou na transformação da estrutura produtiva, que antes era baseada preponderantemente na ligação do homem com a terra e agora é, principalmente, no turismo, que determina o tempo de trabalho. Por isso, a partir das pesquisas realizadas, pode-se afirmar que Conceição do Ibitipoca é dependente socioeconomicamente dessa atividade.

**Palavras-chave:** Turismo. Apropriação do espaço. Conceição do Ibitipoca (MG).

---

## FROM THE ROOTS TO THE TOURISM: A BRIEF STUDY OF HISTORICAL TRAJECTORY OF CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA, MINAS GERAIS STATE

---

### Abstract:

The tourism is conceived here as a social practice capable to provoke deep transformations in the space. It produces new geographic configurations that are materialized in the space all its contradictories ways. Therefore, knowing the participation of tourism in the process of space commercialization requires the disclosure of its nature, complexity and conflict. In order to understand the consequences engendered by this activity in small communities that, in particular at Conceição do Ibitipoca (MG), it was traced the historical background of this village. Specifically we were concerned with the details that permeate the process of production of space from the stand point of its appropriation by the distinct groups of the tourist activity. To conduct empirically this study it was used the review of specific literature. The results show that the arrival of tourism in the village caused transformations on the productive structure, which was previously based on agricultural use; and which has now, predominately, a touristic use. This use seems to determine the working time, the activities, the seasons of work during the year, and so on, and, in this way, we concluded here that is possible to say that today Conceição do Ibitipocais socioeconomic dependent of this activity.

**Keywords:** Tourism. Space appropriation. Conceição do Ibitipoca (MG).

---

## DESDE LAS RAÍCES AL TURISMO: UN BREVE ESTUDIO DE LA TRAYECTORIA HISTÓRICA DE CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA, MINAS GERAIS

---

### Resumen:

El turismo es una práctica social puede provocar profundas transformaciones capitalistas en el espacio, produciendo nuevas configuraciones, cuya la materialización se radica en el este mismo espacio. Así cumplir con la participación del turismo en el proceso de comercialización del espacio requiere la revelación de su naturaleza, su complejidad y sus conflictos. Debe se dar cuenta de las consecuencias generadas por esta actividad en comunidades pequeñas que trazó los antecedentes históricos del campo de Nuestra Señora de la Concepción Ibitipoca, teniendo en cuenta las particularidades que impregnan el proceso de producción del espacio a partir de su apropiación para el turismo, para eso, hemos utilizado la literatura. Los resultados muestran que la llegada del turismo cedió lugar a la transformación de la estructura productiva, que se basó previamente en la conexión entre el hombre y la tierra y ahora es el turismo que determina el tiempo de trabajo. Por lo tanto, a partir de las encuestas, podemos decir que Conceição do Ibitipoca depende de la actividad socioeconómica.

**Palabras clave:** Turismo. Apropiação del espacio. Conceição do Ibitipoca (MG).

---

\* Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E- mail: lilian.levi@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma prática social que se espalhou pelo mundo, levando consigo impactos positivos e negativos, interferindo na organização dos espaços enquanto produtor e produto do capitalismo (CORIOLANO, 2006).

Tornou-se um fenômeno de massa praticado por muitas pessoas. Gera lucro e crescimento econômico, despertando ilusões de um possível paraíso, que, na maioria das vezes, se ergue às custas da (in)sustentabilidade social e ambiental, pois o que o turismo faz é dominar as relações sociais históricas e reestruturar os espaços aproveitando seus recursos, já que é uma atividade capitalista como qualquer outra. Portanto, “o caos não está nele próprio [turismo], mas no papel que ele cumpre” (CORIOLANO, 2006, p.373). Por isso, conhecer a participação da atividade turística no processo de mercantilização do espaço requer o desvelamento de sua natureza, sua complexidade e seus conflitos. Só assim será possível entender as transformações observadas nas localidades em que o turismo chega.

Foi para compreender os desdobramentos engendrados por essa atividade em pequenas comunidades que se escolheu contar a trajetória histórica do arraial de Nossa Senhora de Conceição do Ibitipoca, distrito do município mineiro de Lima Duarte, tendo em vista as particularidades que permeiam o processo de produção do espaço a partir de sua apropriação pelo turismo; portanto, o presente ensaio teórico tem como objetivo investigar as transformações ocorridas em Ibitipoca a partir da imposição da atividade turística como alternativa de desenvolvimento.

Para iniciar as reflexões propostas foi necessário caracterizar o espaço, entender como ele se (re)produz no modo de produção capitalista e qual papel a atividade turística e seus atores cumprem nesse processo. Este estudo centrou-se na elaboração teórica de Milton Santos e Luzia Neide Coriolano.

Como metodologia de pesquisa utilizou-se a revisão bibliográfica, que incluiu livros, periódicos e trabalhos acadêmicos, a fim de formar um referencial teórico que apresente a produção do espaço e sua relação com o turismo e auxilie a caracterização do arraial de Conceição do Ibitipoca.

Para caracterizar Conceição do Ibitipoca, com foco nas relações sociais produtoras e produtos do espaço a partir de sua apropriação pelo turismo, foi feito um levantamento histórico baseado na dissertação

de mestrado de Bedim (2008). Por fim, fez-se o cruzamento da teoria com a investigação feita, para que se construa um entendimento acerca das relações socio-espaciais resultantes e resultado da *turistificação* do arraial.

O arraial é o portão de entrada para uma Unidade de Conservação muito visitada, o Parque Estadual de Ibitipoca. É um destino consolidado no qual o turismo se faz presente como a principal atividade econômica, sendo uma localidade muito visitada, mas ainda um pouco carente de reflexões analíticas. Por esses motivos, além da percepção de mudanças socio-espaciais no arraial ao longo dos anos, é que surgiu a vontade de compreender as transformações na realidade local quando o capitalismo, através do turismo, se apropriou desse espaço e o transformou em mercadoria, construindo um novo modo de vida, adequado às novas necessidades do capital.

Com a metodologia definida, o desenvolvimento deste trabalho será apresentado em 05 partes. A primeira é esta introdução, que apresenta o estudo. A segunda traz a discussão teórica com as reflexões de alguns autores que nortearão a investigação acerca do espaço e seu processo de produção e da atividade turística, focada na apropriação dos espaços pelo turismo.

A terceira parte caracteriza o arraial de Nossa Senhora de Conceição do Ibitipoca, apresentando suas informações gerais e históricas, com foco nas relações sociais que produziram o espaço a partir de sua apropriação pelo turismo. A seguir, traz-se apontamentos sobre a *turistificação* do arraial com a análise baseada na reflexão feita anteriormente e, por fim, as considerações finais.

## 2 UMA ABORDAGEM CENTRADA NO ESPAÇO MERCANTILIZADO

O espaço é uma importante categoria na compreensão da sociedade e sua abordagem vem da necessidade de fundamentar a atividade turística por valores que confirmam a ela sustentação física e social. Para a geografia, o espaço é um objeto de estudo, e o turismo se realiza nele. Por isso seu entendimento está diretamente relacionado a esta categoria. Isto posto, neste trabalho será utilizada a definição de Milton Santos, que considera o espaço:

Como um indissociável de que participam, de um lado, certos arranjos de objetos geográficos,

objetos naturais e objetos sociais, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos) e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isso: um conjunto de formas, conteúdos, cada qual fração da sociedade em movimento (SANTOS, 1997, p.26-7 apud CÉSAR, 2010, p.412).

A análise do geógrafo foge da abordagem estruturalista que considera o espaço neutro, palco dos acontecimentos e admite-o como processo histórico-dialético resultante das relações de produção. Assim, “o espaço geográfico não é suporte, nem reflexo da ação da sociedade, mas um produto social” (CORIOLANO, 2006, p.369).

A produção do espaço significa a própria reprodução da vida, sendo a reprodução das relações de produção o fio condutor do processo ou, conforme Santos: “não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho” (SANTOS, 1994, p.88 apud CRUZ, 2007, p.8). É através do trabalho que os homens transformam a natureza e se transformam, sendo “a objetivação primária e ineliminável do ser social, a partir da qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades” (NETTO; BRAZ, 2007, p.41).

É para atender a essas possibilidades e necessidades produtivas de dado momento, que o espaço se faz em movimento; portanto, conhecer a formação do espaço é conhecer uma dada sociedade, já que “toda sociedade é espacial, assim como, todo espaço é social” (CÉSAR, 2010, p.413). Santos esclarece ainda que:

a vida social tomada como um todo se caracteriza pela incansante renovação das forças produtivas e das relações de produção, isto é, dos modos de produção. Cada modo de produção constituiu uma etapa na produção da história e se manifesta pelo aparecimento de novos instrumentos de trabalho e novas práticas sociais. Como produzir, e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço (SANTOS apud PORTUGUEZ, 2001, p.5).

Assim, o espaço não é palco ou receptáculo, e sim condição e meio das relações sociais. Ao se fazer meio

ou objeto para atividade econômica ou demais práticas sociais, é também força produtiva, apropriada pelo capital para sua reprodução. Portanto, o espaço não está excluído das relações de produção e nem das relações de dominação expressas pelas relações de propriedade. Isso significa dizer que o espaço carrega traços do modo de produção, neste caso, o modo de produção capitalista.

Karl Marx inicia *O Capital* afirmando que “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias.” (2002, p.45). Para que haja a produção de mercadorias, duas condições são necessárias: a divisão social do trabalho e a propriedade privada, colocando em cena dois sujeitos historicamente determinados: os burgueses e os proletários, que são determinados, respectivamente, pela propriedade ou não dos meios de produção e pela venda da força de trabalho.

Quando até a força de trabalho passa a ser objeto de compra e venda, possibilita-se, então, a mercantilização do conjunto das relações sociais. Ademais, Lefebvre afirma que já não se vendem apenas objetos, “a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria: é comprada e vendida.” (LEFEBVRE, 1991, p.116 apud OURIQUES, 2005, p.19). Isso significa dizer que o espaço foi mercantilizado, entrou no circuito da troca e atrai capitais que migram de um setor da economia para outro, de modo a viabilizar a acumulação. Produz-se, com isso, a especialização dos lugares, determinando, redirecionando, produzindo centralidades. Desse modo, o espaço dominado, controlado, impõe novos modos de apropriação pelo estabelecimento de novos usos que excluem e incluem os habitantes, sendo o turismo um deles.

A reestruturação produtiva industrial desenvolveu uma infinidade de serviços funcionais à sua produção, e o turismo é um desses serviços, voltado especialmente à reprodução da força de trabalho e ao consumo. Assim, a atividade turística se espalhou pelas diversas paisagens terrestres, levando consigo impactos positivos e negativos, sendo considerada uma atividade que interfere na organização dos espaços, enquanto produtora e produto do capitalismo contemporâneo, reproduzindo as relações sociais. Coriolano (2006, p. 368) define o turismo como uma “prática social, que é econômica, política, cultural e educativa envolvendo relações sociais e de poder [...]. É simultaneamente o ócio e o trabalho. Forja resposta às necessidades humanas, mas atende especialmente ao capital.”

Sob essa perspectiva, o turismo, na contradição do capitalismo, ganhou força enquanto atividade globalizada e passou a ser percebido como grande

oportunidade de investimentos lucrativos em todo o mundo, mas, na maioria das vezes, esse lucro é resultado de exploração, degradação e descaracterização, já que o que o turismo faz é dominar as relações sociais históricas e a reestruturação dos espaços aproveitando os recursos e por isso deve ser visto e analisado como qualquer outra atividade capitalista.

Em algumas comunidades, o turismo tem provocado profundas transformações que, no geral, não beneficiam nem o lugar enquanto possuidor dos recursos, nem a população local que, muitas vezes, fica excluída do processo. Por isso, compreender as relações de poder entre os atores em movimento e conflito na produção do espaço turístico implica necessariamente compreender o espaço como algo socialmente produzido que expressa as contradições do espaço mercadoria, que é a um só tempo o lugar das estratégias para o capital e da resistência para a população local.

Portanto, ao mesmo tempo em que o turismo pode organizar e (re) produzir o espaço para uns, ele também desorganiza para outros e (re) produz o palco onde se estabelecem as relações de poder, ou seja, a atividade turística busca imprimir no espaço uma lógica orientada à satisfação das necessidades de uma população exterior ao lugar. Barros (1998, p. 7 apud LEITE, 2008, p.26) observa que:

Com a difusão do uso turístico do espaço, as paisagens geográficas foram se transformando, adaptando-se, sofrendo dinâmicas decorrentes da expansão turística. Ao difundir-se pela superfície da Terra, a função turística instalou novos equipamentos, criou ou alterou assentamentos naquelas áreas pelas quais se interessou, remodelou as relações entre estes assentamentos e o meio ambiente.

Em resumo, o turismo necessita de um novo espaço que não é aquele que se apresenta e, por isso, modifica-o. Age desterritorializando / reterritorializando e produzindo novas configurações geográficas, visto que o turismo é uma atividade fortemente indutora de transformações (CORIOLANO, 2006).

Algumas das transformações que o turismo produz no espaço podem ser previstas, outras são inesperadas, mas, na maioria das vezes, as mudanças são desejadas apenas por algumas das partes, sendo necessário considerar “a luta dos diferentes atores locais: os nativos usuários do espaço que tentam defender suas propriedades e bens de uso, contrapondo-se aos interesses dos empresários, turistas e do próprio Estado” (CORIOLANO, 2008, p.282), que se interessam

apenas pelo valor de troca do espaço. Assim é que regiões originalmente ocupadas por comunidades tradicionais são expropriadas para dar lugar a hotéis, restaurantes e demais equipamentos turísticos.

A expropriação pelo turismo se manifesta de diversas formas dentro do mesmo espaço, e conforme suas ações se concentram, desestruturam os processos produtivos e as relações sociais que caracterizavam a vida. São substituídos por novas formas de divisão social do trabalho, que erguem novos valores, expectativas e estilos de vida (FRATUCCI, 2000).

No turismo, o fetichismo da mercadoria é potencializado. A natureza (vamos dizer, a paisagem natural) parece ser dotada intrinsecamente, de finalidade turística [...]. Os bens culturais modificam-se e metamorfoseiam-se em mercadorias “turísticas” [...]. Não é por possuírem esta forma que são apropriados pelo turismo. São apropriados pelo turismo porque foi construída, socialmente, a ideia de que esses são objetos passíveis de ser consumidos turisticamente [...] (OURIQUES, 2005, p.60).

O turismo transforma objetos naturais em objetos sociais no processo de valorização do espaço. Exacerba o valor de troca em detrimento de seu valor de uso e, assim, compreendido como mercadoria, o espaço está sujeito à mesma coisificação e fetichização que recaem sobre as mercadorias de modo geral (CRUZ, 2007).

Lugares lutam entre si para atrair empreendimentos. Segundo Milton Santos (2002 apud CORIOLANO, 2008, p.282), é a “guerra dos lugares” para serem incluídos e obedecer à lógica do capital, tendo o Estado um papel determinante, posicionando-se abertamente em favor das classes dominantes. Seduzido pelo mito do desenvolvimento econômico que a atividade turística pode proporcionar, cria condições favoráveis, como incentivos fiscais e infraestrutura, para despertar o interesse de investidores externos às populações locais em implantar empreendimentos. Esses empresários querem, acima de tudo, acumular capital e por isso não se preocupam em inserir os nativos, considerando-os apenas mão de obra barata.

A promoção do turismo é vital para a aldeia e para a região e chega a ser de interesse nacional. Mas ninguém fala das eventuais repercussões negativas, apenas de rendimentos, de trabalho e de melhor qualidade de vida. E, quando o

turismo tiver invadido a região e os viajados tiverem tomado conhecimento da verdade, às suas próprias custas, a euforia inicial dará lugar à desilusão e à visão realista das coisas. Mas, então, talvez seja tarde demais, porque os nativos terão perdido o controle do próprio destino (KRIPENDORF, 1989 apud BARTHOLO, 2006, p.4).

Constata-se, na prática, que o discurso de que todos ganham com o turismo é superficial, pois mascara contradições e as diversas formas de exploração do trabalho, e isso, em alguns casos, resulta na descoberta comunitária de um outro turismo, o turismo de base comunitária, com menor exploração do trabalho, melhores salários e distribuição dos resultados do trabalho social, fazendo valer os valores comunitários.

Para Luzia Neide Coriolano (2006, p.374), o turismo comunitário “é uma estratégia de sobrevivência, e de entrada daqueles de menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo.” Uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e a ressignificação cultural. É voltado para os interesses da população local, mesmo que em processo simultâneo de resistência e solidariedade de diversos grupos de excluídos, todos incluídos na mesma sociedade. Por isso, Irving (2009?, p.111) afirma que o turismo de base comunitária “só poderá ser desenvolvido se a população local for sujeito e não objeto do processo.”

É um tipo de turismo que, em tese, favorece a coletividade e, assim, promove uma melhor qualidade de vida, uma maior valorização da cultura local e intensifica o sentimento de inclusão e de pertencimento, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização. Infelizmente, o turismo comunitário não rompe com as barreiras do capital, mas com ele pode-se obter resultados menos desiguais, sendo uma alternativa ao turismo de massa, e que pode contribuir para a organização da população local como protagonista de sua história.

### 3 CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA: DAS RAÍZES AO TURISMO

No alto da Serra do Ibitipoca está o arraial de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, distrito da cidade de Lima Duarte, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais. Distanto 27 Km da cidade, abriga o Parque Estadual do Ibitipoca, principal atrativo da região.

Com registros que datam o século XVII, Conceição é um dos primeiros povoados de Minas

Gerais que, com a descoberta do ouro, rapidamente atraiu colonizadores. Mas, com os impostos recolhidos pela Coroa Portuguesa, a extração de ouro passou a não compensar devido aos custos, resultando no esvaziamento do arraial. Mais tarde, por ser uma das rotas de contrabando, ordens restringiram a abertura de caminhos pela Serra, proibindo a derrubada das matas a fim de impedir a passagem de extraviadores, o que resultou na preservação dos recursos naturais, mas também contribuiu para o isolamento de Ibitipoca (BEDIM, 2008).

Passados alguns anos, o então governador de Minas, Dom Rodrigo José de Menezes, regularizou a situação fundiária da região concedendo o uso da terra aos colonos, inclusive aos mais pobres, para começarem a produzir seu sustento, que, em troca tomariam conta da área intimidando o contrabando.

A estes (os pobres) se destinariam as terras menos férteis e produtivas que coincidentemente perfazem as zonas de maior altitude e declividade acentuada – portanto terrenos acidentados e menos propícios à agropecuária – estando os primeiros “colonos” circunscritos àquela área serrana (BEDIM, 2008, p.144).

Estabeleceram-se, assim, as relações agrícolas de Ibitipoca, que atravessou o século XIX como um pequeno povoado perdido nas montanhas, vivendo da agricultura de subsistência e de contatos esporádicos com tropas de cargueiros que trocavam mercadorias nas cidades da região (AREDES, 2006).

O declínio da produção agropecuária começou em 1950, levando o arraial a um novo isolamento, que só terminou na década de 70, com o turismo, resultando na reestruturação da produção. Porém, desde o século XIX, a região já atraía viajantes, como é o caso de Saint-Hilaire, um francês que, ao percorrer a Serra, em 1822, escreveu sobre o arraial: “chegamos à Vila de Ibitipoca, consta esta vila de algumas casinholas apenas e do pior aspecto” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.32 apud BEDIM, 2008, p.151).

Em sua dissertação de mestrado, Bedim (2008) afirma que, mesmo com a presença desses visitantes, que se hospedavam na Pensão de Viajante ativa até meados do século XX, “Conceição de Ibitipoca é uma vila pacata, com poucas casas, muitas delas desabitadas, pois alguns fazendeiros ocupavam-nas somente em época de festas”. A calma desse arraial se acabou na década de 50, com a crise na sua principal atividade econômica, a agropecuária, e com o processo de intervenção a que

população foi submetida, com as primeiras restrições ao uso da Serra impostas pelo Estado.

Usando a desculpa de que a terra estava devoluta, ignorando a presença de camponeses, o Estado se apropriou das terras com a intenção de construir um sanatório para tuberculosos devido à qualidade do ar. Essa intenção perdurou até meados dos anos 60, quando o então governador José de Magalhães Pinto (1961-66) encomendou um relatório a uma comissão de pesquisadores com o objetivo de definir um uso para a área. Nesse documento histórico, é descrita a situação deste território:

A Serra de Ibitipoca, cujas terras constituem hoje um patrimônio do Estado de Minas Gerais, até o presente momento abandonadas, ou melhor, sem qualquer aproveitamento, [...] chegamos à conclusão de que o melhor destino que o Estado pode dar àqueles terrenos será o de instalar ali um parque florestal, à semelhança do da serra dos Órgãos e do Itatiaia. [...] Construir, com aproveitamento atual da serra carroçável, uma estrada de automóvel até o dorso da montanha, o que verificamos, é perfeitamente exequível para incentivar o turismo à região [...] (CATÃO et al., 1964, p.4 apud BEDIM, 2008, p.232).

Ignorando a forma como a população local utilizava as terras da Serra e inspirados pela experiência de outros parques, a comissão recomendou a criação de um parque em Ibitipoca, e ainda, sugeriu a venda de uma parcela das terras para fomentar a construção de infraestrutura turística.

Em 29/12/1965, foi lavrada a Escritura Pública de incorporação das terras “devolutas” de Ibitipoca ao patrimônio do Instituto Estadual de Florestas e, anos mais tarde, o Parque Estadual do Ibitipoca foi oficializado pelo Decreto-Lei nº 6126, de 04 de julho de 1973.

Com esse decreto, Conceição do Ibitipoca foi obrigada a abrir seu espaço a uma nova lógica, a lógica urbana, originando a mudança na sua esfera produtiva. Mudança esta que, na década de 1980, não deixou opção para alguns pequenos produtores a não ser vender suas terras para os interessados em explorar o turismo, sendo obrigados a mudar para o arraial ou ir para a cidade.

O Estado, por sua vez, apropriou-se privadamente da Serra Grande; demarcou nela um território a que chamou de parque; divulgou suas belezas na mídia nacional e

assim endereçou uma terra de uso camponês às demandas dos turistas urbanos (BEDIM, 2008, p.241).

Para estimular e promover o Parque como destino turístico, em agosto de 1973, um grupo de pessoas do *trade* foi a Ibitipoca e voltou propagandeando o lugar como um paraíso recém descoberto. Isso atraiu uma demanda diferente da esperada: jovens aventureiros do movimento *hippie*. Alguns desses nunca voltaram de lá.

Até o final de 1980 havia poucas pessoas de fora morando no arraial, mas, a partir da inauguração da infraestrutura do Parque, em 1987, ocorreu a intensificação da visitação. Sem contar a divulgação feita na Eco92, tornando o Ibitipoca um dos 10 parques mais visitados do Brasil. Em 1988, atraiu 7.632 turistas e em 1995 já eram 39.791. Cabe ressaltar que a área de *camping* do parque fechou entre julho de 1993 e dezembro de 1994, o que levou os turistas a se hospedarem no arraial, impulsionando a criação de meios de hospedagem.(BEDIM, 2008).

Como o turismo em Conceição do Ibitipoca não foi planejado, a presença de visitantes trouxe problemas devido à falta de respeito com o povo e o lugar, sem contar que o Estado equipou a área do parque para receber o turista, mas não resolveu os problemas dos moradores. Aos ibitipoquenses não restou alternativa senão a organização. Em 1993 é criada a AMAI – Associação de Moradores e Amigos de Conceição de Ibitipoca, que se mobiliza na campanha “Salve o Arraial”, cujo objetivo principal era a melhoria da qualidade de vida.

Observa-se que a partir do primeiro “boom” do turismo na Serra, não foi somente o número de visitantes que aumentou. De forma concomitante ao acréscimo no fluxo turístico – e como efeito da dilatação da esfera produtiva turística –, a região passou a atrair pessoas das mais variadas partes[...]. Uns buscavam qualidade de vida; outros, porém, chegaram com a intenção de explorar economicamente o turismo na região. A esses novos ibitipoquenses, atribuiu-se o nome de “forasteiros”, os quais chegaram para compor o sistema social local (BEDIM, 2008, p.267).

Os de fora vieram por diversos motivos e se integraram à cadeia produtiva do turismo, gerando descontentamento nos nativos, pois tinham condições de investir em equipamentos mais adequados à vontade dos turistas. Esse conflito foi potencializado pela Revista Manchete, de 22 de Julho de 1995 (BERMAN,

1995 apud BEDIM, 2008, p.270) numa reportagem dedicada aos recém chegados “Os forasteiros desvendam os mistérios e as belezas do arraial”, e culminou no Movimento Fora-Forasteiro.

Para se adequar ao turismo, a legislação municipal sofreu algumas adequações, conforme expressa o Código de Municipal de Posturas (2000). A atividade trouxe modificações demográficas, principalmente o crescimento populacional. Em 1980, a população urbana era de 277 habitantes e, em 2005, esse número era 233% maior. Esse aumento trouxe a especulação imobiliária, desfiguração das características arquitetônicas e paisagísticas; em resumo, trouxe a lógica do mercado a um espaço até então caracterizado por peculiares formas de organização social (SOUZA, 2011).

Aos poucos os moradores locais foram se inserindo no turismo, principalmente as mulheres, para complementar a renda familiar. Em 1990, os ibitipoquenses se rendem às oportunidades da nova atividade: trocam o trabalho na roça pela prestação de serviços diretos ou indiretos ao turismo, e alguns ampliam suas casas, para transformá-las em meios de hospedagem.

O turismo mudou o arraial. Se planejadas, essas alterações poderiam ter sido atenuadas, desde que o planejamento seja voltado para a realidade local, mas não foi o que aconteceu em 2000, na elaboração do Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca, que voltou-se exclusivamente para o turismo. Bedim (2008, p.291) afirma que “ao elencar os atrativos turísticos das principais fazendas e sítios do entorno do parque, o Plano Diretor tornou-se, mesmo que acidentalmente, o “livro de cabeceira” dos especuladores imobiliários”, já que levantou as propriedades com os melhores atrativos turísticos, transformando-se no “guia da expropriação” das terras de Ibitipoca.

Um ano após a sua publicação, o Plano Diretor foi transformado na Lei Municipal nº1.155/2001, que estabelece normas referentes à organização da ocupação e uso do solo, lei que nunca foi aplicada.

Com tantas alterações no espaço, impactos positivos e negativos, o arraial, que tem 971 habitantes e nos feriados recebe mais de 3.000 turistas (SANTOS; CAMPELO, 2008), teve sua realidade modificada a partir de uma atividade que chegou por meio de um decreto. A criação do Parque impulsionou a mudança do espaço e da vida dos ibitipoquenses. A dinâmica socioeconômica ali, antes pautada no setor produtivo, migrou para a prestação de serviços, atendendo aos que

estão em seu tempo livre, em busca de lazer e contato com a natureza.

#### 4 APONTAMENTOS SOBRE A TURISTIFICAÇÃO DE IBITIPOCA

O turismo é uma atividade que provoca profundas transformações. É uma das mais recentes modalidades do processo de acumulação capitalista, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas.

Por isso, compreender as relações de poder na produção do espaço turístico implica, necessariamente, entendê-lo como socialmente produzido e capaz de expressar as contradições do modo de produção. Portanto, o espaço não está excluído das relações de produção e nem das relações de dominação, sendo a um só tempo o lugar das estratégias do capital e das resistências do cotidiano para a população local.

Mesmo produzido socialmente, a apropriação do espaço é privada, sendo “uma incrível ingenuidade teórica acreditar que todos os indivíduos que habitam o planeta participam da mesma forma e intensidade dos processos de produção do espaço” (CRUZ, 2007, p.10). Existem atores hegemônicos e não hegemônicos e por isso é que esse produto não se dá sem conflitos, contradições e resistências (CORIOLANO, 2006).

Os atores hegemônicos na produção do espaço no capitalismo são o Estado e a iniciativa privada. Cada um, em determinado momento, influenciando mais ou menos o outro. Para Milton Santos, Estado e mercado formam um par, afirmando que é “fato que o Estado exerce seu auxílio ao mercado” (SANTOS, 1994, p.101 apud CRUZ, 2007, p. 10). No caso do arraial, foi o poder público que assumiu esse papel quando decretou a criação do Parque Estadual do Ibitipoca, em 1973, impondo novos modos de apropriação do espaço pelo estabelecimento de um novo uso, o turismo.

Usando a desculpa de que a terra estava devoluta e ignorando a presença dos camponeses, o Estado, que segundo Marx (2008, p.12), cumpre a função de “comitê executivo da burguesia”, se apropriou das terras da Serra para transformá-las em mercadoria, expropriando as famílias que viviam naquela, e daquela, área. O Parque foi uma violenta intervenção na realidade local justificada pelo milagre que o turismo faria no desenvolvimento regional, tendo a preocupação

com a preservação do meio ambiente como um fator secundário, originando a mudança na esfera produtiva de Conceição do Ibitipoca.

A base da sociedade ibitipoquense, que antes era a intensa ligação do homem com a terra, passou a ser baseada nas relações mercantis do turismo, sendo a vida agora ditada pela cadência da visitação. O cotidiano, aos poucos, se distanciou do modo de vida marcado pelas relações com a natureza, na medida em que agora é o “calendário turístico” que conduz o tempo de trabalho, criando uma maior dependência para com a economia urbana, uma vez que precisa dos turistas para consumir. (BEDIM; TUBALDINI, 2006, p.4).

Ao mesmo tempo em que o turismo pode organizar e (re) produzir o espaço para uns, ele também desorganiza para outros e (re) produz as relações de poder. Em Ibitipoca, a atividade necessitava de um novo espaço que não era aquele que se apresentava e, por isso, modificou-o. Essas transformações, no processo de desenvolvimento do turismo no arraial, começaram a acontecer antes do surgimento da infraestrutura de suporte, instaurando uma situação caótica, pois Ibitipoca não tinha condições nem para garantir a qualidade de vida de seus moradores e se viu obrigada a receber turistas.

Em 1987, ano da inauguração das instalações do Parque, Conceição do Ibitipoca se equipa para receber os visitantes, mas não garante melhorias para os ibitipoquenses, o que ocasionou um conflito entre moradores nativos e forasteiros. Portanto, pode-se afirmar que Ibitipoca se transformou visando a atender a uma demanda externa: a dos turistas que vinham e iam, e a dos turistas que nunca voltariam de lá.

O turismo seduziu a todos. Os investidores externos, vislumbrando as oportunidades de lucro que o turismo poderia trazer, vieram implantar empreendimentos turísticos. Aos pequenos produtores, encantou com a possibilidade de ganho financeiro imediato e estes venderam suas propriedades e passaram a prestar serviços direta ou indiretamente à atividade turística. Fenômeno similar aconteceu com as propriedades localizadas no arraial, pois os terrenos foram comprados por preços muito baixos, forçando as famílias a construir puxadinhos em casas de parentes.

Grande parte desses terrenos se transformou em meios de hospedagem que, em sua maioria, foram inaugurados entre 1991 e 1995 (SOUZA, 2011), intervalo que compreendeu os anos de aumento da visitação do Parque, que teve seu camping inativo entre 1993 e 1994. Essa ausência de estrutura impulsionou a demanda por hospedagem no arraial. César (2010)

lembra que é para atender as possibilidades e necessidades produtivas de dado momento que o espaço se faz em movimento. Assim, os turistas trouxeram a demanda, e ela trouxe os equipamentos com seus proprietários para explorar esse mercado promissor. Alguns ibitipoquenses também investiram em instalações capazes de dar suporte ao turismo, mas a maioria dos equipamentos é de propriedade de pessoas que vieram de fora.

Além dos investidores, trabalhadores também foram atraídos, crescendo o número de habitantes do arraial, ocasionando, assim, o aumento da densidade demográfica, especulação imobiliária, desfiguração física e cultural do espaço, além do crescimento desordenado. Segundo um morador do arraial, “esse crescimento é totalmente destrutivo, ampliação da área urbana sem ordenamento, passou de 40 para 600 hectares, sem fiscalização e controle” (Morador<sup>1</sup> do arraial apud SOUZA, 2011, p. 49).

A partir da fala acima, nota-se que o crescimento desordenado é um problema grave, dentre outros que o arraial possui. Isso porque não existe planejamento, que é pressuposto para qualquer crescimento, seja o da atividade turística ou da expansão de qualquer outra atividade.

O planejamento é fundamental para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir (RUSCHMANN, 1997, p. 10 apud OLIVEIRA, 2007, p.197)

Mesmo sem planejamento, ao longo dos anos, a atividade se desenvolveu e a vida na pacata Serra de Minas seguiu. O turismo trouxe melhorias na infraestrutura e aumentou as oportunidades de emprego e a renda, mas, impossibilitou os moradores de consumir os produtos vendidos no arraial, e isso se deve aos preços que subiram por causa do turismo, tornando o custo de vida mais alto. Essa é mais uma das contradições da atividade, que gerou crescimento econômico mas impossibilitou os moradores de consumirem em sua própria comunidade. Portanto, “não basta entender a mudança em si, mas o que ela traz para aquilo que transforma.” (BAGLI, 2006, p.81).

Em um curto período, a paisagem física e as relações sociais de trabalho sofreram bruscas modificações, adaptando-se a nova realidade marcada

<sup>1</sup> Fala de um morador do arraial em entrevista realizada entre 3 e 5 de Junho de 2011.

pelo intenso movimento das leis ditadas pelo capital, pois o modo de produção se legitima e se expande incorporando realidades diferenciadas. Ao se expandir, leva consigo sua essência, criando e recriando hábitos, que reproduzem a lógica mercantil. O espaço, então, é coisificado pelos artifícios desumanos do capital que transformam as pessoas e o seu lugar em simples mercadoria.

Ao mesmo tempo em que contribuiu para a produção do espaço mercantilizado, também oferece oportunidades. O caos, portanto, não está no turismo em si; o grande problema está no papel que ele cumpre, que é de reprodução das relações de dominação e fortalecimento da propriedade privada, típicos de qualquer atividade no modo de produção capitalista.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar o processo de apropriação do espaço pela atividade turística a partir da trajetória histórica de Conceição do Ibitipoca, considerando que a produção do espaço é a reprodução da própria vida, sendo a reprodução das relações de produção, com suas relações de poder, o fio condutor desse processo.

Em sua produção e reprodução, o espaço passa por constantes renovações. “Na cadência da mudança, são transformados e se transformam” (BAGLI, 2006, p.81). Em Ibitipoca, o turismo rapidamente se estabeleceu como principal atividade econômica, agregando toda a população, direta ou indiretamente na prestação de serviços turísticos. Quando chegou, decretado pelo poder público, o arraial estava num contexto no qual a agricultura já não garantia renda suficiente e os aspectos político-geográficos desfavoreciam a implantação de outra atividade. Foi por isso, que tal fator rapidamente provocou profundas mudanças na esfera produtiva e nas relações sociais.

Como o espaço é um produto social, fruto dessas relações, ele foi apropriado por essa nova atividade, que trouxe novos atores e impactos. Necessitava de um novo espaço, que não era o que se apresentava em Ibitipoca, por isso, modificou-o. Trouxe novos moradores e investidores e retirou os trabalhadores de suas atividades do setor produtivo, realocando-os no setor de serviços, criando uma grande dependência socioeconômica da atividade turística.

Os ibitipoquenses, que, no início ficaram à margem do processo, tiveram que se organizar para garantir os benefícios trazidos por essa nova prática,

que não foi planejada, tendo o lucro como principal objetivo, reduzindo as oportunidades que o turismo poderia proporcionar para o arraial e seu povo.

Longe daquele conflito entre nativos e forasteiros, que se instaurou no início do turismo na Serra, a convivência parece ter melhorado hoje em dia, embora a hegemonia da dinâmica local dependa cada vez mais dos novos moradores e empreendedores. Hoje, a AMAI tem em sua diretoria quase exclusivamente pessoas não nativas, mas radicadas em Ibitipoca há mais de 10 anos, exercendo função muito próxima a de uma entidade representativa de empreendedores. Mesmo que em algum momento busque melhorias, essa entidade organizativa está refém dos interesses da iniciativa privada que tanto explora e que, nesse caso, se apropriou até do instrumento de luta criado pela comunidade (SOUZA, 2011).

A partir das pesquisas realizadas, pode-se afirmar que Conceição do Ibitipoca é dependente socioeconomicamente do turismo. Com essa nova prática social, a lógica do capital passou a estar presente em todas as relações. O espaço foi mercantilizado, dominado, submetido ao seu valor de troca, trazendo para Ibitipoca cada vez mais turistas para consumi-lo. Krippendorff (1989 apud OURIQUES 2005, p.21) reflete que “os turistas são os inimigos mais preciosos que existem, porque são indispensáveis”. São indispensáveis pois trazem consigo dinheiro e o deixam nas mãos da iniciativa privada, assim os proprietários, os donos dos equipamentos não dividem a riqueza, apenas uns míseros benefícios e os muitos prejuízos trazidos pelo turismo, enquanto atividade do sistema capitalista.

Por isso é que faz-se necessária a descoberta comunitária de um outro turismo, no qual a população local seja sujeito e não objeto do processo. Infelizmente, o turismo comunitário não acaba com a exploração do capital, mas com ele pode-se obter resultados menos desiguais e contribuir para que se forjem trabalhadores protagonistas de sua própria história, sendo uma alternativa ao turismo de massa, que se acredita ser possível em Conceição do Ibitipoca.

## REFERÊNCIAS

AREDES, F. M. *Pousada em Conceição do Ibitipoca – MG*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

BAGLI, P. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In. SPOSITO, M. E. B.;

WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre rural e urbano*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BARROS, N. *Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagens*. Recife: Ed. UFPE, 1998 apud LEITE, N. K. *Turismo e Território: um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve\ Portugal) a partir da geografia do turismo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1727>>. Acesso em: 3 maio 2011.

BARTHOLO, R. (Coord.). *Análise de iniciativas turísticas com base comunitária: os casos de Trindade (Paraty-RJ) e Conceição do Ibitipoca (Lima Duarte-MG)*. 2006. Relatório Técnico (Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:<[www.ivt-rj.net/ivt/bibli/relatorio\\_completo\\_cnpq.pdf](http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/relatorio_completo_cnpq.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2011.

BEDIM, B. P. *O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca(MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “paraíso do capital”*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BEDIM, B. P.; TUBALDINI, M. A. dos S. A chegada do “outsider” ao rural – paraíso: novos atores e relações sociais e econômicas no contexto turístico da Serra de Ibitipoca (MG). *Agrária*, São Paulo, n.5, 2006. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagrar/revistas/5/2\\_Bedim\\_&\\_Tubaldini.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagrar/revistas/5/2_Bedim_&_Tubaldini.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2011.

BERMAN, D. Ibitipoca: com o boom do turismo, o arraial se adapta a uma nova vida. *Revista Manchete*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1995 apud BEDIM, Bruno Pereira. *O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “paraíso do capital”*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CATÃO, G. D. V. et al. *Serra de Ibitipoca – Município de Lima Duarte*. (Relatório da Comissão de cientistas, presidida por Guaracy Catão, encaminhado ao então governador de Minas Gerais José de Magalhães Pinto, cujo objetivo era definir um uso para as terras devolutas da Serra de Ibitipoca). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura, 1964 apud BEDIM, B. P. *O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca(MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “paraíso do capital”*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CÉSAR, P. de A. B. Urbanização turística: esboço para a definição de uma categoria do espaço social. *Turismo em Análise*, São Paulo, v.21, n.2, p.406-419, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/index.php/turismoemanalise/article/view/107>>. Acesso em: 28 maio 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. de; ARROYO, M; SILVEIRA, L.(Org.). *América Latina: cidade campo e turismo*. San Pablo: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, v.2, n.8, p. 277-287, 2008. Disponível em:<<http://www.aprh.pt/rgci/revista8f2.html>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CRUZ, R. de C. A. *Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. 1. ed. São Paulo: Roca, 2007.

FRATUCCI, A. C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. *GEOgraphia*, Niterói, ano 2, n.4, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/45>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.;

- DAVIS, G. r S.; BURSZTYN, I. (Org.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, [2009?]. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITxRIA.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf)>. Acesso em: 7 maio 2011.
- KRIPENDORF, J. *Sociologia do Turismo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989 apud BARTHOLO, R, (Coord.). *Análise de iniciativas turísticas com base comunitária: os casos de Trindade (Paraty-RJ) e Conceição do Ibitipoca (Lima Duarte-MG)*. 2006. Relatório Técnico (Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:<[www.ivt-rj.net/ivt/bibli/relatorio\\_completo\\_cnpq.pdf](http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/relatorio_completo_cnpq.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2011.
- LEVEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991 apud OURIQUES, H. R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. 1. ed. Campinas: Alínea, 2005.
- LEITE, N. K. *Turismo e Território: um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve\ Portugal) a partir da geografia do turismo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1727>>. Acesso em: 3maio 2011
- MARX, K. *O Capital: livro 1 – processo de produção do capital*. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v.8, n.2, set. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/inter/v8n2/a06v08n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n2/a06v08n2.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- OURIQUES, H. R. *A produção do turismo:fetichismo e dependência*. 1. ed. Campinas: Alínea, 2005.
- PORTUGUEZ, A. P. *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. 1. ed. São Paulo: Roca, 2001.
- RUSCHMANN, D. V. de M. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1997 apud OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v.8, n.2, set. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/inter/v8n2/a06v08n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n2/a06v08n2.pdf)>. Acesso em: 15 jun.2011.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Trad. rev. e prefácio de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974 apud BEDIM, B. P. *O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “paraíso do capital”*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SANTOS, A. L.; CAMPELO, M. S. Os impactos causados pelo turismo na Vila de Conceição do Ibitipoca – MG. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. Disponível em:<[www.sisgeenco.com.br/sistema/.../GT16-890-812-20080518235740.pdf](http://www.sisgeenco.com.br/sistema/.../GT16-890-812-20080518235740.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985 apud CÉSAR, P. de A. B. Urbanização turística: esboço para a definição de uma categoria do espaço social. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 21, n.2, p.406-

419, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/index.php/turismoemanalise/article/view/107>>. Acesso em: 28 maio 2011.

\_\_\_\_\_. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1994 apud CRUZ, R. de C. A.. *Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. 1. ed. São Paulo: Roca, 2007.

\_\_\_\_\_. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Lecturas geográficas*, homenagem a José Estébanez Álvarez, Madrid, v. 2, 2000 apud PORTUGUEZ, A. P. *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. 1. ed. São Paulo: Roca, 2001.

\_\_\_\_\_. O País Distorcido. Folha da Manhã, São Paulo, 2002 apud CORIOLANO, L. N. M. T. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, v.2, n.8, p 277-287, 2008. Disponível em: <<http://www.aprh.pt/rgci/revista8f2.html>>. Acesso em: 11 ago 2011.

SOUZA, L. A. *A relação entre espaço e turismo: uma discussão sobre o uso e o abuso no arraial de Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte - MG*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

*Recebido em 19 de agosto de 2011.*

*Aprovado, em sua versão final, em 03 de outubro de 2011.*

*Artigo avaliado anonimamente por pares.*